



Seção de Legislação do Município de Mampituba / RS

LEI MUNICIPAL Nº 841, DE 02/05/2016

INSTITUI O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL - PMEF - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO JUAREZ DA SILVA, Prefeito Municipal de Mampituba, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e EU Sanciono e Promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Educação Fiscal - PMEF, em consonância com as diretrizes do Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF e Programa Estadual de educação Fiscal - PEF/RS, a ser implementado no âmbito do município de MAMPITUBA/RS.

Art. 2º São objetivos do Programa Municipal de Educação Fiscal - PMEF;

- I - Prestar informações aos cidadãos quanto a função socioeconômica dos atributos;
- II - Levar conhecimento aos cidadãos sobre administração pública, alocação e controle dos gastos públicos;
- III - Incentivar o acompanhamento pela sociedade da aplicação dos recursos públicos;
- IV - Criar condições para uma relação harmoniosa entre municípios e cidadão;
- V - Promover ações integradas de combate a sonegação fiscal.

Art. 3º O programa Municipal de Educação Fiscal será desenvolvido:

- I - Pelas Secretarias Municipais de Educação e Cultura e Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento em ação integrada, junto com os corpos docentes e discentes de rede pública municipal de ensino;
- II - Pela Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento e a Secretaria Municipal da Educação e Cultura junto:
 - a) Aos servidores públicos, da administração direta e indireta;
 - b) Aos alunos da rede pública municipal e estadual de ensino;
 - c) A população em geral.

Art. 4º As ações do Programa Municipal de Educação Fiscal serão implementadas por meio de acordos ou convênios de cooperação técnica em parceria com:

- I - A união e o Estado;
- II - Organizações Públicas;
- III - Órgãos da administração pública estadual;
- IV - Órgãos da administração pública municipal;
- V - Entidades e instituições privadas.

Art. 5º Fica criado o Grupo Municipal de Educação Fiscal, constituído por representantes da Secretaria de Educação e Cultura e da Secretaria da Administração, Fazenda e Planejamento, sendo a condição de Coordenador do projeto de Educação Fiscal a Secretaria da Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 6º Compete ao Grupo Municipal de Educação Fiscal:

- I - Planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações necessárias a implementação do Programa no município;
- II - Elaborar e desenvolver os projetos municipais;
- III - Buscar fontes de financiamento para implementar e executar o programa no município;
- IV - Buscar apoio de outras organizações visando à implementação do PNEF;
- V - Propor medidas que garantam a sustentabilidade do Programa Municipal de Educação Fiscal no município;
- VI - Fornecer dados relativos ao Programa, solicitados pela coordenação Estadual;
- VII - Documentar, organizar e manter a memória do Programa no município, no âmbito de sua

atuação;

- VIII** - Implementar as ações decorrentes de decisões do Grupo Municipal de Educação Fiscal;
- IX** - Manter constante monitoramento e avaliação das ações relativas ao Programa âmbito municipal;
- X** - Desenvolver projetos de integração municipal;
- XI** - Estimular a implantação do Programa de educação no âmbito de todas as escolas, subsidiando tecnicamente e divulgando experiências bem sucedidas;
- XII** - Elaborar e produzir material de divulgação local;
- XIII** - Prestar informações solicitadas pelas instituições envolvidas no programa;
- XIV** - Publicar até dia 10 de março de cada ano, relatório informativo sobre o andamento do programa, detalhando os resultados alcançados no ano anterior, em termo de metas atingidas e recursos aplicados;
- XV** - Montar e alimentar a rede de capacitadores, disseminadores e professores envolvidos no Programa Municipal.

Art. 7º As ações e atividades no âmbito do ensino serão normatizadas por meio de resolução conjunta editada pela Secretaria de Educação e Cultura e pela Secretaria da Administração, Fazenda e Planejamento do Município.

Art. 8º O Poder Executivo fica autorizado a abrir no orçamento geral do Município crédito especial necessário ao cumprimento desta lei.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MAMPITUBA EM 02 DE MAIO DE 2016.

*Pedro Juarez da Silva
Prefeito Municipal*

*REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E
FAÇAM-SE AS DEVIDAS
COMUNICAÇÕES.*

*Reg. às fls nº..... no livro de
Registros de Leis nº.....EM
DATA SUPRA.*

*Sônia Maria Bedinot Quadros
Sec. M. Adm., Fazenda e Planejamento*